‘Tornar nossa vida visível’: 30 anos do Dia da Visibilidade Lésbica acumulam avanços e direitos ainda negados

Rodrigo Chagas

29/08/2026

Ativistas relembram que a luta por saúde integral, reprodução assistida e fim do lesbocídio continua atual e urgente

Foto: Noelly Castro/MMM

Trinta anos depois do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), o movimento voltou ao Rio de Janeiro para a 9ª edição do encontro, realizada entre 2 e 5 de julho. Com o tema “Lésbicas tecendo histórias, construindo futuridades”, o seminário retomou o espaço nacional específico de lésbicas 12 anos após a 8ª edição, realizada em Porto Alegre, em 2014.

Nesse período, houve avanços em direitos civis e políticas públicas, mas o enfrentamento às violências e reivindicações como acesso a trabalho, educação, moradia e saúde integral permanecem em pauta.

“A gente ainda bate na mesma tecla”, resume Drika Cordonet, militante da Marcha Mundial das Mulheres, integrante da comissão de metodologia do Senale deste ano, que reuniu 200 mulheres. “Os nossos corpos ainda são invisibilizados e estão à margem da sociedade, com todos os recortes de classe, território, raça e performance de gênero.”

Neste sábado (29), o Brasil celebra o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi definida a partir do primeiro Senale, também realizado no Rio de Janeiro, entre 29 de agosto e 1º de setembro de 1996. Organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Colerj) e pelo Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher, o encontro teve como tema “Saúde, Visibilidade e Organização”.

Agosto também guarda outro marco do movimento. O Dia Nacional do Orgulho Lésbico, em 19 de agosto, remete à mobilização de 1983 no Ferro’s Bar, no centro de São Paulo. Na ocasião, ativistas reagiram à

tentativa de impedir a circulação do boletim lésbico *ChanacomChana* no estabelecimento.

Um espaço próprio para existir

Referência histórica do movimento lésbico e de mulheres negras, Rosângela Castro milita desde os anos 1970. Foi uma das fundadoras do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Colerj) e ajudou a organizar o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), em 1996.

Para ela, a permanência do 29 de agosto, três décadas depois, responde a uma necessidade básica do movimento. “A importância dessas datas é para que não haja um apagamento da nossa existência.”

Castro lembra que a ideia de criar um espaço específico para lésbicas ganhou força após episódios de machismo e lesbofobia vividos durante a conferência da International Lesbian and Gay Association (ILGA), realizada no Rio em 1995.

“A gente entendeu que se fazia necessário ter um espaço específico de lésbicas para discutir as questões de lésbicas”, afirma.

Rosângela Castro (centro), uma das fundadoras do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Colerj) e organizadora do primeiro Senale, é referência histórica do movimento lésbico e de mulheres negras no Brasil. (Foto: Noelly Castro/MMM)

A jornalista e ativista Camila Marins destaca o protagonismo das mulheres negras nessa construção, especialmente de Neusa das Dores e Elizabeth Calvet, articuladoras do primeiro encontro.

“A visibilidade lésbica é negra”, assinala, exaltando a militância de Neusa, que também construiu sua trajetória no movimento negro, na organização de mulheres negras e na luta por políticas raciais.

Sem internet e com poucos recursos, as organizadoras mobilizaram participantes do primeiro seminário por cartas, fax e contatos entre movimentos. A expectativa inicial era reunir cerca de 30 pessoas. Ao final, 101 assinaram a lista de presença.

Segundo relatos das organizadoras, algumas companheiras deixaram de registrar o nome por medo da lesbofobia.

‘Visibilidade não é só aparecer’

Para Castro, o principal legado dessas três décadas foi “tornar a vida lésbica visível” e ampliar a discussão sobre direitos específicos, da saúde e educação à moradia e ao enfrentamento das violências.

Camila Marins recupera uma formulação de Neusa das Dores, também reivindicada pelo movimento, segundo a qual visibilidade “não é só aparecer”. “A gente quer as lésbicas no orçamento público, nas políticas públicas, no SUS, no Suas, nas universidades, no mercado de trabalho.”

Na saúde, um dos avanços foi a criação, em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Sistema Único de Saúde (SUS). A norma prevê, entre outros pontos, redução das desigualdades no atendimento, garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e ações específicas para a saúde de lésbicas e mulheres bissexuais.

Drika Cordonet avalia, porém, que o reconhecimento formal nem sempre chega à vida cotidiana. Entre as pautas atuais, cita o acesso de lésbicas às tecnologias de reprodução assistida pelo SUS. “Nós também queremos gerar a vida e ter o direito de ter as duas mães assistidas pelo Sistema Único de Saúde”, diz.

A agenda também incorporou temas como cuidado, racismo ambiental e crise climática. No Senale deste ano, o debate passou pelos efeitos de eventos extremos sobre periferias e comunidades tradicionais e pela necessidade de incluir as lésbicas nas políticas de proteção e assistência.

“A gente colocou nossos corpos também nas políticas públicas, na assistência às crises climáticas e na proteção diante de tragédias ambientais”, explica Cordonet.

A necessidade de organização própria não elimina a disputa por espaço dentro de movimentos aliados. Cordonet afirma que pautas específicas das lésbicas ainda precisam ser reivindicadas também dentro do feminismo.

“Ainda temos que lutar e pedir que as nossas pautas entrem nos textos, nas propostas, nos debates”, diz. Para ela, é preciso garantir que lideranças lésbicas participem também da formulação das agendas políticas desses movimentos.

Drika Cordonet, da Marcha Mundial das Mulheres, integrou a organização do Senale de 2026 e destaca a continuidade da luta entre diferentes gerações de lésbicas. (Foto: Noelly Castro)

Enfrentamento ao lesbocídio e encontro de gerações

O enfrentamento à lesbofobia e ao lesbocídio continua entre essas pautas. As mobilizações deste ano têm como uma de suas referências Luana Barbosa dos Reis, mulher negra, lésbica, periférica e mãe, que morreu

aos 34 anos, em abril de 2016, após ser espancada durante uma abordagem policial em Ribeirão Preto (SP).

Os dez anos de sua morte foram tema da 24ª Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, realizada em junho, e também atravessaram as discussões do Senale.

Para Cordonet, lembrar Luana também desloca a reivindicação para além do direito de sobreviver à violência. “Luana não teve direito a envelhecer com dignidade.”

A edição de 30 anos também proporcionou um encontro entre diferentes gerações do movimento. Na abertura, 31 mulheres que participaram da construção dos Senales anteriores foram homenageadas, enquanto cerca de 30 jovens receberam reconhecimento pela continuidade da organização.

“Não é uma passagem de bastão”, afirma Cordonet. Para ela, as novas gerações constroem o movimento ao lado de quem participou das lutas anteriores, acumulando suas experiências. A ideia está na escolha do termo “futuridades”, no plural. Segundo a ativista, a proposta é não tratar o futuro como algo distante, mas como algo que começa nas ações levadas pelas participantes de volta aos seus territórios.

Para Rosângela Castro, o próprio 29 de agosto continua necessário “para que não haja um apagamento da nossa existência”.

Drika Cordonet aproxima essa ideia do outro marco de agosto, o orgulho. “É o orgulho de ser quem é e a visibilidade de estarmos onde quisermos”, resume.

Por Rodrigo Chagas e Editado por Gia Matheus Almeida

Via Brasil de Fato

Compartilhe nas redes: